



AVISO DE ABERTURA DE CANDIDATURAS Nº ED-03/2020
Faculdade de Direito – Escola do Porto
Ano letivo 2020/2021

Regime Geral

1º Ciclo

Licenciatura em Direito

Ao abrigo do Regulamento de acesso aos ciclos de estudos de licenciatura e de mestrado integrado da Universidade Católica Portuguesa (Despacho NR/R/0491/2018, de 25 de maio), as regras aplicáveis aos candidatos pelo Regime Geral de acesso à Licenciatura em Direito, para o ano letivo de 2020/2021, são as que a seguir se definem.

1. Condições de admissão dos candidatos

Podem candidatar-se, ao abrigo deste concurso, os candidatos que cumulativamente:

- a) Sejam titulares de um curso do ensino secundário português, ou de habilitação legalmente equivalente;
- b) Tenham realizado pelo menos um dos exames nacionais do ensino secundário correspondentes às provas de ingresso (História (11) ou Matemática A ou B (16) ou Português (18)), em 2020, 2019 ou 2018, com uma nota igual ou superior a 95 pontos (numa escala de 0 a 200);
- c) Apresentem uma nota de candidatura calculada nos termos do definido no nº 7 do presente aviso, igual ou superior a 100 pontos.

Considerando as limitações impostas pelo plano de contingência, criado no âmbito da COVID-19, as candidaturas de 2020, à Licenciatura em Direito, serão ser submetidas, excecionalmente, sem a prévia aprovação na prova de pré-requisito vocacional.

Para os estudantes titulares de cursos secundários não portugueses legalmente equivalentes ao ensino secundário português, a condição estabelecida pela alínea b) pode ser substituída por prova homóloga, de acordo com o disposto no artigo 4º do Regulamento de acesso aos ciclos de estudo de licenciatura e de mestrado integrado da Universidade Católica Portuguesa (Despacho NR/R/0295/2019, de 20 de março).

Não são abrangidos pelo presente concurso, os estudantes com estatuto de Estudante Internacional (de acordo com o definido no Decreto-Lei nº 36/2014 de 10 de março, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 62/2018, de 6 de agosto, e regulamentado pelo NR/R/0105/2019, de 7 de março).

2. Número de Vagas

Nº de vagas: 173 (166 – regime diurno | 7 – regime pós-laboral)

Nº de Vagas supranumerárias: 4 (ver ponto 9 – Outras Informações)



3. Prazos de candidatura

Calendário de candidaturas

Fase	1ª Fase	2ª Fase
Candidatura	01 jun a 07 ago	17 ago a 29 set
Resultados	12 ago	01 out
Matrículas	13 a 21 ago	02 e 03 out (manhã)

A abertura de candidaturas em cada fase está dependente das vagas sobranes da fase anterior.

NOTA | Atualização da Ficha ENES:

i) Candidatos com melhoria de classificação no âmbito de processos de revisão de provas da 1ª Fase dos exames nacionais, e que se tenham candidatado à 1ª Fase de candidaturas da UCP, deverão atualizar a ficha ENES até ao dia 3 de setembro. Serão admitidos aqueles cujo resultado seja igual ou superior ao último admitido na 1ª Fase. Poderão ser considerados para atribuição de bolsas de mérito, se cumprirem as condições de elegibilidade. Os resultados serão publicados até **7 de setembro**.

ii) Candidatos com melhoria de classificação no âmbito de processos de revisão de provas da 2ª Fase dos exames nacionais, devem atualizar a ficha ENES até ao dia **9 de outubro**. Os candidatos admitidos na 2ª fase poderão ser considerados para atribuição de bolsas de mérito se cumprirem as condições de elegibilidade. Estes resultados serão publicados igualmente até 12 de outubro.

iii) Candidatos provenientes do **ensino secundário estrangeiro em Portugal**, cujos resultados apenas sejam disponibilizados após o término da 1ª e/ou 2ª fase de candidaturas, deverão contactar: admissions@porto.ucp.pt

4. Documentação necessária

- **Ficha ENES (Exames Nacionais do Ensino Secundário)** emitida em 2020 – original deverá ser obrigatoriamente entregue antes do início das aulas, em data e hora a definir pelos Serviços Académicos.
Para os candidatos detentores de ensino secundário estrangeiro legalmente equivalente ao ensino secundário português, a Ficha ENES será substituída por certidão de equivalência ao ensino secundário português e documentos comprovativos de realização de exames homólogos às provas de ingresso*;
- Formulário com informação dos dados pessoais ou cópia de documento de Identificação e do Cartão de Contribuinte;
- Formulário para candidatura a vagas supranumerárias (se aplicável).
- Formulário para estudantes com Necessidades Educativas Especiais (NEE) – se aplicável



- *Os documentos emitidos noutros países terão que ser legalizados por autoridade diplomática ou consular portuguesa no país emissor, ou conter a Apostilha de Haia. Quando se encontrem redigidos em língua estrangeira que não a língua espanhola, inglesa ou francesa, deve ser entregue a respetiva tradução, efetuada nos termos previstos na lei notarial. Os originais terão de ser apresentados antes do início das aulas, em data e hora a definir pelos Serviços Académicos.

5. Apresentação de Candidatura

As candidaturas deverão ser apresentadas através de plataforma online (<https://secretaria.porto.ucp.pt/CandidaturasOnline/>). O candidato receberá a confirmação da receção da candidatura, onde poderá encontrar os dados para pagamento da respetiva taxa. Sendo residente em país estrangeiro, receberá, posteriormente, um email com IBAN. A candidatura só ficará concluída quando o pagamento for realizado.

6. Critérios de seriação dos candidatos

Critério (expresso na escala 0-200)	Coefficiente de Ponderação
Prova de ingresso	40%
Média Final do ensino secundário	60%

Os candidatos serão seriados de acordo com a nota de candidatura, que terá obrigatoriamente que ter uma nota mínima de 100 pontos para ser considerada. **Esgotadas as vagas do regime diurno, os candidatos serão colocados no regime pós-laboral.** Os estudantes matriculados no regime pós-laboral poderão pedir transferência para o regime diurno (por ordem de admissão) caso se verifique a desistência de estudantes matriculados nesse regime.

A Faculdade de Direito reserva-se o direito de definir uma nota mínima de admissão em cada fase de candidaturas, dependendo da qualidade dos resultados dos candidatos.

Os resultados serão publicados numa plataforma digital de acesso restrito aos candidatos, que receberão as credenciais e link de acesso por email, em data próxima da publicação dos mesmos.

Os resultados serão expressos da seguinte forma:

- "Admitido"
- "Remetido para a Fase Seguinte"
- "Não Admitido"

Os candidatos remetidos para a fase seguinte são automaticamente considerados nessa fase, sem necessidade de formalizar um novo pedido e sem acréscimo de custos, devendo apenas acrescentar novos documentos ou informações se se verificar alguma alteração da sua situação anterior.

7. Funcionamento



A licenciatura em Direito tem a duração de 4 anos (240 ECTS), funcionando em regime diurno e em regime pós-laboral. As aulas decorrem habitualmente de 2ª a 6ª feira, com manchas horárias distribuídas entre as 8h30 e as 18h45 (ocasionalmente até às 20h15) para o regime diurno e entre as 19h00 e as 23h15 para o regime pós-laboral, em ambas as situações com possibilidade de aulas ao sábado de manhã.

As aulas têm início em 14 de setembro (1ª Fase) e em 6 de outubro (2ª fase).

O idioma de lecionação é o português. São igualmente disponibilizadas algumas unidades curriculares em língua inglesa.

8. Propinas Taxas e Emolumentos

O valor das taxas, propinas e outros emolumentos, é fixado anualmente, e publicado em documento próprio (Tabela de propinas taxas e emolumentos), pelo que os valores a praticar em anos letivos subsequentes poderão sofrer alterações.

Valores para 2020/2021

(não dispensa a consulta da Tabela de propinas, taxas e emolumentos na íntegra):

- i) Pela candidatura, é devido o pagamento de uma taxa no valor de 145€;
- ii) Na matrícula é devido o pagamento de uma taxa, no valor de 365€, e da 1ª mensalidade, no valor de 478.50 € (valor correspondente a inscrição em 30 créditos ECTS com o valor de 15.95€/crédito ECTS/mês).

A candidatura só será considerada válida após comprovação do pagamento da respetiva taxa.

No ato de matrícula é devida a taxa de matrícula e a 1ª mensalidade. As taxas de candidatura e matrícula não são reembolsáveis em nenhuma circunstância, mesmo que o estudante anule a matrícula antes de iniciar o curso.

Poderá haver direito ao reembolso da 1ª mensalidade, desde que o estudante anuncie a sua desistência até data limite a ser anunciada no site de candidaturas.

9. Outras Informações

Matrícula

As matrículas serão realizadas por sistema online, cujo acesso e será facultado aos candidatos admitidos após publicação dos resultados. Nessa plataforma será necessário submeter:

- Fotografia tipo passe (*.JPG, *.PNG ou *.GIF)
- Cópia do boletim de vacinas para comprovar a vacina antitetânica (apenas a página relativa a este registo)
- Informação solicitada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ([inquérito RAIDES](#))
- Boletim de matrícula e outros documentos específicos a indicar no momento da admissão
- Comprovativo de pagamento da taxa de matrícula e da 1ª mensalidade (a informação sobre os meios de pagamento será facultada na comunicação do acesso à plataforma de matrículas)

Se o candidato for menor de idade, os documentos deverão ser assinados pelo próprio e pelo encarregado de educação.



Presume-se a desistência do candidato em caso de não efetivação da matrícula no prazo estipulado.

Os originais dos documentos previamente submetidos (Ficha ENES ou outros certificados conforme a situação), deverão ser apresentados antes do início das aulas, em data e hora a definir pelos Serviços Académicos.

Bolsas de mérito

São atribuídas bolsas de mérito de 100% a todos os candidatos que obtenham nota de candidatura igual ou superior a 180 pontos (escala de 0 a 200 pontos) e bolsas de mérito de 50% a todos os candidatos que obtenham nota de candidatura igual ou superior a 170 pontos e inferior a 180 pontos (escala de 0 a 200 pontos).

Vagas supranumerárias

A Universidade Católica Portuguesa reserva, nos seus cursos, vagas supranumerárias destinadas aos candidatos que reúnam as condições de admissão pelo Regime Geral e sejam:

- Portadores de deficiência física ou sensorial;
- Praticantes desportivos de alto rendimento, nos termos do DL 272/2009, de 1 de outubro;
- Filhos de colaboradores permanentes, em regime de tempo integral, e de insígnies benfeitores da Universidade;
- Candidatos Emigrantes Portugueses e familiares que com eles residam.

Os candidatos que se encontrem nas condições referidas deverão informá-lo no ato de candidatura (em formulário próprio), anexando a documentação comprovativa das respetivas condições. As vagas supranumerárias só serão preenchidas caso os candidatos elegíveis não sejam integrados nas vagas gerais.

Mais informações podem ser obtidas em <http://www.direito.porto.ucp.pt/pt/central-oferta-formativa/licenciatura-em-direito> ou no portal de candidaturas.

10. Contactos

Para mais informações contacte-nos através de:

@ | candidaturas@porto.ucp.pt

t | +351 800 105 632/3

Atendimento por marcação para candidaturas@porto.ucp.pt

Morada

Universidade Católica Portuguesa – Campus Foz

Rua Diogo Botelho, 1327

4169-005 Porto, Portugal

Porto, 20 de maio de 2020

O Diretor da Faculdade de Direito (Escola do Porto)

(Prof. Doutor Manuel Fontaine Campos)